

A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA CRIANÇAS, MULHERES E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

THE IMPORTANCE OF EARLY CHILDHOOD EDUCATION FOR CHILDREN, WOMEN AND REGIONAL DEVELOPMENT

LA IMPORTANCIA DE LA EDUCACIÓN DE LA PRIMERA INFANCIA PARA LOS NIÑOS, LAS MUJERES Y EL DESARROLLO REGIONAL



10.56238/revgeov16n5-146

Karla Rocha de Almeida

Mestra em Desenvolvimento Regional

Instituição: Centro Universitário Alves Faria (UNIALFA)

E-mail: krapedagoga@hotmail.com

Renata de Moraes Silva Batista

Mestranda em Desenvolvimento Regional

Instituição: Centro Universitário Alves Faria (UNIALFA)

E-mail: renatamoraes82@hotmail.com

Marcelo Máximo Purificação

Pós-doutor em Educação

Instituição: Centro Universitário Alves Faria (UNIALFA)

E-mail: marcelo.ueg@gmail.com

Nadia Bigarella

Pós-doutora em Educação

Instituição: Universidade Católica Dom Bosco (UCDB)

E-mail: 4561@ucdb.br

RESUMO

Este artigo analisa a educação infantil como política pública estruturante a partir de três eixos interdependentes: o desenvolvimento integral das crianças, a ampliação da inserção produtiva das mulheres e os impactos sobre o desenvolvimento regional. Com base em dados empíricos e literatura científica, examina-se a primeira infância como etapa estratégica para a formação de competências cognitivas, emocionais e sociais, fundamentais para a trajetória educacional e profissional. A análise inclui também os efeitos da oferta pública de creches e pré-escolas sobre a redistribuição social do cuidado, a autonomia feminina e a redução das desigualdades de gênero. Por fim, discute-se o papel da educação infantil na indução de dinâmicas econômicas locais, geração de empregos e fortalecimento das redes de proteção social. Os resultados evidenciam que o investimento qualificado na educação infantil contribui para a construção de sociedades mais equitativas e territórios mais sustentáveis, sendo condição para a efetividade de políticas públicas intersetoriais.



Palavras-chave: Educação Infantil. Primeira Infância. Gênero. Capital Humano. Desenvolvimento Territorial.

ABSTRACT

This article analyzes early childhood education as a structuring public policy based on three interdependent axes: the integral development of children, the expansion of women's productive inclusion, and the impacts on regional development. Based on empirical data and scientific literature, early childhood is examined as a strategic stage for the formation of cognitive, emotional, and social skills, which are fundamental for the educational and professional trajectory. The analysis also includes the effects of the public provision of daycare centers and preschools on the social redistribution of care, female autonomy, and the reduction of gender inequalities. Finally, the paper discusses the role of early childhood education in inducing local economic dynamics, generating jobs, and strengthening social protection networks. The results show that qualified investment in early childhood education contributes to the construction of more equitable societies and more sustainable territories, and is a condition for the effectiveness of intersectoral public policies.

Keywords: Early Childhood Education. Early Childhood. Gender. Human Capital. Territorial Development.

RESUMEN

Este artículo analiza la educación inicial como política pública estructurante en torno a tres ejes interdependientes: el desarrollo integral de la niñez, la ampliación de la inserción productiva de las mujeres y los impactos en el desarrollo regional. Con base en datos empíricos y literatura científica, se examina la primera infancia como una etapa estratégica para la formación de habilidades cognitivas, emocionales y sociales, fundamentales para la trayectoria educativa y profesional. El análisis también incluye los efectos de la oferta pública de guarderías y escuelas preescolares sobre la redistribución social del cuidado, la autonomía femenina y la reducción de las desigualdades de género. Por último, se analiza el papel de la educación infantil temprana en la inducción de dinámicas económicas locales, la generación de empleo y el fortalecimiento de las redes de protección social. Los resultados muestran que la inversión calificada en educación infantil contribuye a la construcción de sociedades más equitativas y territorios más sostenibles, siendo condición para la efectividad de las políticas públicas intersectoriales.

Palabras clave: Educación Infantil. Primera Infancia. Género. Capital Humano. Desarrollo Territorial.



1 INTRODUÇÃO

A educação infantil constitui uma etapa estratégica na formação dos sujeitos e na organização das sociedades contemporâneas. Mais do que espaço de escolarização precoce, ela compreende um período em que ocorrem processos determinantes de desenvolvimento cognitivo, afetivo e social, com repercussões que se estendem à vida adulta e à dinâmica socioeconômica dos territórios. O investimento nessa etapa, portanto, não se limita à dimensão pedagógica, mas insere-se em uma agenda mais ampla de estruturação das políticas públicas.

As evidências acumuladas por pesquisas em neurociência e ciências sociais apontam que as experiências vividas nos primeiros anos de vida afetam diretamente a trajetória escolar, a capacidade de inserção no mundo do trabalho e as possibilidades de participação social. Nessas condições, o caráter preventivo da educação infantil ganha relevo, sobretudo nos contextos marcados por desigualdades históricas. A ausência de estímulos adequados ou de vínculos estáveis nessa fase tende a produzir desvantagens acumulativas, com efeitos que se refletem no desempenho escolar e na capacidade de autonomia futura.

Esse ciclo de desigualdades incide de forma particular sobre as mulheres. A oferta limitada de serviços públicos para a infância aprofunda a divisão sexual do trabalho e restringe o acesso das mães ao emprego formal. As mulheres, especialmente aquelas em situação de vulnerabilidade, tornam-se as principais responsáveis pelo cuidado de crianças pequenas, o que compromete sua participação social e sua autonomia econômica. A ampliação da educação infantil, nesse contexto, não se restringe a uma demanda das crianças, mas também constitui uma estratégia de redistribuição das responsabilidades sociais de cuidado.

Nesse cenário, a problemática que orienta esta análise consiste em compreender como a oferta de educação infantil qualificada impacta simultaneamente o desenvolvimento integral das crianças, a inserção produtiva das mulheres e o fortalecimento de dinâmicas regionais. Considera-se que, embora amplamente reconhecida como direito, a educação infantil ainda enfrenta entraves estruturais, tanto no que diz respeito à universalização do acesso quanto à sua função articuladora entre políticas públicas.

A justificativa para o estudo reside na necessidade de consolidar um olhar ampliado sobre a educação infantil, capaz de situá-la como componente estratégico de desenvolvimento territorial. Ao reunir evidências empíricas e teóricas sobre seus efeitos multidimensionais, busca-se contribuir para o debate acadêmico e político acerca da formulação de políticas públicas integradas e sustentáveis.

A proposta deste artigo é examinar a educação infantil a partir da interseção entre infância, gênero e desenvolvimento regional. Para isso, serão analisados três eixos interdependentes: (i) o impacto sobre o desenvolvimento das crianças; (ii) as implicações para a vida das mulheres; e (iii) os efeitos sobre a dinâmica socioeconômica das comunidades.



O objetivo geral é analisar a importância da educação infantil como política pública estruturante, considerando suas repercussões na formação de capital humano, na promoção da equidade de gênero e no fortalecimento do desenvolvimento regional. Os objetivos específicos são:

- Examinar as contribuições da educação infantil para o desenvolvimento cognitivo, afetivo e social das crianças;
- Discutir os impactos da oferta de creches e pré-escolas sobre a inserção produtiva das mulheres;
- Avaliar os efeitos da educação infantil sobre a dinâmica econômica e social de territórios vulnerabilizados.

A metodologia adotada é de natureza qualitativa, com abordagem descritiva e analítica, sustentada em revisão de literatura científica e análise de dados secundários extraídos de relatórios institucionais, estudos de caso e documentos oficiais produzidos por organismos nacionais e internacionais. A seleção das fontes foi orientada pela atualidade, relevância temática e vínculo com os eixos analíticos definidos. O cruzamento entre evidências empíricas e aportes teóricos visa à construção de uma interpretação crítica e integrada sobre o papel da educação infantil na estruturação de políticas públicas intersetoriais.

A abordagem adotada considera que a educação infantil qualificada se consolida não apenas como direito social, mas como componente estruturante de políticas intersetoriais voltadas à redução das desigualdades e ao fortalecimento da coesão social.

2 IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA CRIANÇAS

2.1 DESENVOLVIMENTO COGNITIVO, EMOCIONAL E SOCIAL NA PRIMEIRA INFÂNCIA

A primeira infância, compreendida entre o nascimento e os seis anos de idade, constitui uma etapa em que ocorrem transformações estruturais no cérebro, sendo responsável por cerca de 90% das conexões neurais que perdurarão na vida adulta (ALHADAS, 2021). Essa fase concentra o maior grau de plasticidade cerebral, o que condiciona a importância dos estímulos e experiências vivenciados nesse período. Tal constatação, apoiada por estudos em neurociência, implica a necessidade de que família, Estado e sociedade assegurem condições estruturais e relacionais adequadas ao desenvolvimento integral da criança.

A primeira infância é um período fundamental e completamente decisivo na formação do ser humano, e as experiências nele vividas impactam diretamente em seu potencial ao longo de toda a vida. Hoje, a ciência contemporânea sabe que nessa etapa da vida, iniciada ao nascer e encerrada aos 6 anos de idade, o cérebro tem um enorme poder de aprendizado e está completamente aberto para absorver tudo o que nos cerca a fim de adquirir capacidades fundamentais para a construção e o aperfeiçoamento de habilidades futuras de maior complexidade (ALHADAS, 2021, online).



O processo de constituição cognitiva, nessa etapa, envolve o desenvolvimento de funções como atenção, memória, linguagem, raciocínio e pensamento simbólico. Brites (2025) enfatiza que essas competências são moldadas na intersecção entre a biologia e o ambiente, sendo os vínculos afetivos e os estímulos sociais determinantes para a consolidação dessas capacidades. A aprendizagem, portanto, integra-se aos aspectos emocionais e relacionais, não podendo ser reduzida a processos formais ou padronizados.

Teles (2024) analisa que a autorregulação emocional, desenvolvida nessa fase, é influenciada pela qualidade do vínculo com adultos de referência, bem como pelas experiências educacionais proporcionadas. A educação infantil, enquanto espaço estruturado de convivência, colabora para o amadurecimento desses mecanismos de controle emocional, preparando a criança para lidar com frustrações e interações sociais mais complexas.

Medeiros (2024) acrescenta que o brincar e a interação com outras crianças e adultos são elementos centrais na mediação da aprendizagem na infância. Ao explorar diferentes contextos lúdicos, a criança amplia seu repertório relacional, desenvolvendo habilidades sociais e emocionais que lhe conferem maior capacidade adaptativa.

Nesse processo, a socialização precoce constitui um componente essencial na articulação das dimensões cognitivas, emocionais e sociais do desenvolvimento infantil. As interações estabelecidas desde os primeiros anos de vida favorecem a construção de vínculos, a interiorização de normas de convivência e o exercício de competências comunicativas e relacionais. Segundo a Associação Caatinga (2024), é nesse ambiente interativo que a criança aprende a reconhecer o outro, negociar sentidos e construir relações baseadas na cooperação e no respeito à diversidade, consolidando valores que sustentam sua inserção social.

A constituição de estruturas cognitivas superiores também depende da estabilidade e da qualidade das experiências vividas na primeira infância. O Comitê Científico do Núcleo Ciência Pela Infância (2014) aponta que a exposição a ambientes afetivos, seguros e estimulantes está associada a melhores indicadores de adaptação escolar e saúde mental. Por outro lado, a ausência desses fatores compromete o amadurecimento neurológico e amplia os riscos de fracasso escolar e exclusão social.

De forma integrada, experiências lúdicas e expressivas como artes, brincadeiras, linguagem e música são fundamentais para o desenvolvimento das capacidades cognitivas e emocionais. De acordo com Medeiros (2024), essas atividades estimulam a criatividade, a originalidade, a oralidade, empatia, a imaginação e a autonomia, elementos que impactam diretamente a trajetória educacional e a formação de habilidades socioemocionais desde os primeiros anos.

Para garantir o pleno desenvolvimento das crianças, é essencial que as políticas públicas integrem educação, saúde e assistência social. Essa articulação torna o cuidado mais eficaz e contribui para reduzir vulnerabilidades. O MEC (Brasil, 2024) destaca que a qualidade na educação infantil



exige mais do que ampliar o acesso: é preciso qualificar profissionais, melhorar a infraestrutura, adotar boas práticas pedagógicas e fortalecer os vínculos com as redes de apoio social. Nesse contexto, ampliar e efetivar as políticas voltadas à educação básica tem sido uma das prioridades do Ministério.

Diante dessas evidências, a literatura crítica analisada converge na necessidade de práticas pedagógicas que reconheçam a criança como sujeito ativo do processo educativo. Superar modelos instrucionistas e adotar metodologias participativas implica considerar a interdependência entre cognição, emoção e socialização como eixo estruturante do desenvolvimento na primeira infância. Ao promover uma abordagem integrada, a educação infantil consolida-se como espaço legítimo de constituição de direitos e de formação cidadã desde os primeiros anos de vida.

Estudos internacionais sustentam que investir na primeira infância é uma das estratégias mais eficazes para promover equidade e desenvolvimento. A UNESCO (2024) estima que cada dólar aplicado nessa etapa gera retorno de até 13% ao ano em ganhos educacionais, econômicos e sociais. Fasson (apud Medeiros, 2024) reforça que os retornos desse investimento superam os obtidos em fases posteriores da educação.

A literatura do Banco Mundial (2022) destaca que o desenvolvimento de competências cognitivas e socioemocionais na infância está fortemente correlacionado com melhores níveis de escolaridade, produtividade e estabilidade ocupacional na vida adulta. O desenvolvimento das crianças em todas as áreas do conhecimento está diretamente ligado a um conjunto de habilidades essenciais que favorecem sua curiosidade, participação e compreensão do mundo ao redor. A Educação Infantil, quando oferecida com qualidade, tem um papel fundamental nesse processo, pois contribui para que as crianças adquiram essas competências que servirão de base para seu aprendizado e sucesso ao longo da vida.

Em nível global, a OCDE (2023) aponta que oferecer educação e cuidados de qualidade na primeira infância é essencial para garantir um início de vida mais justo para todas as crianças, especialmente as que vivem em situação de vulnerabilidade. Além disso, esse apoio permite que os pais, especialmente as mães, possam trabalhar e participar mais ativamente do mercado de trabalho. No Brasil, dados do Censo Escolar (INEP/MEC, 2023) indicam que houve recuo de matrículas na educação infantil durante a pandemia, sobretudo na faixa de 0 a 3 anos. Apesar disso, dados recentes apontam retomada do crescimento da matrícula, evidenciando a necessidade de políticas públicas de busca ativa e ampliação da oferta.

A análise de dados do Banco Mundial (2020) revela que uma criança nascida hoje no Brasil tende a alcançar apenas 56% de seu potencial produtivo devido a lacunas no cuidado e na educação nos primeiros anos. A ampliação da cobertura e da qualidade da educação infantil representa, assim, uma estratégia para a formação de capital humano qualificado e para o enfrentamento das desigualdades sociais e econômicas.



Os dados destacados acima indicam que a educação infantil produz impactos que ultrapassam a esfera educacional imediata, configurando-se como elemento estruturante na construção de trajetórias de inclusão, aprendizagem e inserção produtiva. Ao articular o desenvolvimento cognitivo, emocional e social nos primeiros anos de vida, consolida-se a base sobre a qual se sustentam as futuras relações escolares, profissionais e sociais. Nesse sentido, compreendê-la como etapa fundante do desenvolvimento humano permite aprofundar a análise de suas repercussões para além da infância, sobretudo na formação de competências mobilizadas ao longo da vida.

2.2 FORMAÇÃO DE HABILIDADES E COMPETÊNCIAS ESSENCIAIS PARA A VIDA ADULTA

A compreensão da educação infantil como etapa fundante do desenvolvimento humano permite avançar para a análise de suas contribuições na formação de competências mobilizadas ao longo da vida. A literatura científica tem enfatizado que as capacidades cognitivas, socioemocionais e relacionais adquiridas na primeira infância condicionam, de maneira estruturante, a trajetória escolar, profissional e social do indivíduo.

A Fundação Maria Cecília Souto Vidigal (2014) destaca que habilidades como resiliência, empatia, autorregulação e pensamento crítico são mobilizadas desde os primeiros anos por meio das interações estabelecidas com adultos e outras crianças no ambiente educativo. Tais habilidades não se formam de modo espontâneo, mas requerem experiências pedagógicas mediadas, fundamentadas em vínculos de confiança e práticas intencionais.

Brites (2025) corrobora essa perspectiva ao indicar que o estímulo ao raciocínio lógico, à linguagem e à memória durante a infância amplia a capacidade de resolução de problemas e de adaptação a situações complexas na vida adulta. Esses processos não ocorrem de forma isolada, mas são condicionados pela qualidade dos ambientes escolares e pela formação dos educadores.

O relatório do Programa Primeira Infância Primeiro (PIP, 2024) oferece dados empíricos que associam a frequência a creches e pré-escolas de qualidade a maiores chances de sucesso escolar e menor evasão. Isso demonstra que as competências desenvolvidas na educação infantil repercutem diretamente na permanência e no desempenho escolar posterior, além de favorecerem a inserção profissional em contextos menos desiguais. Uma infância saudável e bem cuidada ajuda a reduzir desigualdades, prevenir violências e quebrar ciclos de pobreza, promovendo o desenvolvimento da sociedade.

A dimensão lúdica, abordada por Benedito e Rezende (2024), também é relevante nesse processo. A mediação pedagógica por meio de jogos simbólicos, dinâmicas cooperativas e brincadeiras estruturadas permite o desenvolvimento de competências interpessoais, como resolução de conflitos, trabalho em equipe e respeito à diversidade. A ludicidade é, assim, compreendida como estratégia



formativa e não como mero entretenimento. Teles (2024) amplia essa análise ao defender a valorização da educação física na primeira infância. Segundo a autora, o movimento corporal e os jogos colaborativos contribuem para o desenvolvimento de habilidades como empatia, escuta ativa e superação de limites. Essas práticas, quando planejadas intencionalmente, qualificam o processo formativo desde os primeiros anos.

Karina Fasson (apud Medeiros, 2024) destaca que investir na primeira infância traz grandes benefícios sociais e econômicos. Segundo a autora, cada valor aplicado nessa fase pode gerar um retorno de até sete vezes, refletindo em maior produtividade, melhor desempenho escolar e diminuição de gastos sociais. Em outras palavras, investir na educação dos pequenos é uma forma inteligente de prevenir problemas e custos no futuro.

A análise de Silva et al. (2024) evidencia que o desenvolvimento de competências deve ser articulado a políticas públicas intersetoriais. A integração entre os campos da educação, saúde e cultura é necessária para garantir experiências significativas e diversificadas, que respeitem os tempos e modos de aprendizagem de cada criança.

Essa perspectiva é reforçada ao se considerar que contextos de maior vulnerabilidade demandam abordagens que combinem formação pedagógica com suporte psicossocial. A atuação intersetorial contribui para mitigar desigualdades históricas e ampliar o repertório cultural e social das crianças. A Associação Caatinga (2024) complementa essa abordagem ao enfatizar o papel dos vínculos afetivos no desenvolvimento da autonomia e do pertencimento. Essas dimensões constituem o alicerce para a formação de sujeitos capazes de estabelecer relações sociais positivas e construir trajetórias baseadas no reconhecimento de si e do outro.

Ao considerar a formação de habilidades essenciais em sua complexidade, a educação infantil deixa de ser compreendida como preparação para etapas posteriores e passa a ser reconhecida como espaço legítimo de formação de sujeitos. Isso implica reconhecer que competências cognitivas e socioemocionais não se separam, mas se constituem em interação permanente.

Nessa direção, a educação infantil deve ser orientada por práticas pedagógicas que possibilitem a escuta, a expressão, o acolhimento e o desenvolvimento da autonomia. Tais práticas contribuem para a constituição de cidadãos que, desde a infância, participam ativamente de sua formação e exercem sua cidadania em diferentes contextos sociais e culturais.

Assim, a articulação entre teoria e prática no cotidiano da educação infantil representa um investimento estratégico para a construção de sociedades mais justas, coesas e preparadas para enfrentar os desafios contemporâneos. As habilidades adquiridas na infância estruturam não apenas a trajetória individual, mas também os modos de convivência, de produção e de participação social no mundo adulto.



2.3 DETECÇÃO PRECOCE DE POSSÍVEIS DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO

Ao reconhecer que a educação infantil estrutura a formação integral das crianças, torna-se relevante examinar sua função na identificação de possíveis dificuldades no processo de desenvolvimento. A observação sistemática realizada por educadores no cotidiano das instituições de educação infantil oferece subsídios para a detecção precoce de alterações cognitivas, emocionais e motoras.

O Núcleo Ciência Pela Infância (2014) indica que os primeiros anos são decisivos para a identificação de marcos do desenvolvimento, sendo possível, por meio de práticas pedagógicas estruturadas, perceber sinais de alerta que demandam acompanhamento especializado. Essa abordagem preventiva permite que intervenções sejam realizadas de forma tempestiva, minimizando os impactos futuros no percurso escolar.

Silva et al. (2024) ressaltam que a articulação entre educação, saúde e assistência social é essencial para tornar o cuidado com as crianças mais efetivo. Para isso, é importante garantir acolhimento, estabelecer fluxos de encaminhamento bem definidos, investir na formação continuada dos professores e criar protocolos claros. Essa integração amplia as possibilidades de intervenção e proporciona novas experiências que contribuem para o desenvolvimento integral da criança.

De acordo com Medeiros (2024), o desenvolvimento pleno das crianças depende das experiências que vivenciam nos primeiros anos de vida. Nessa fase, os professores são fundamentais ao oferecerem atividades variadas e significativas, como música, dança, histórias e brincadeiras, que estimulam a aprendizagem de forma leve e divertida. Portanto, uma formação docente que valoriza a escuta, a observação e o registro das crianças permite identificar precocemente sinais de dificuldades, como atraso na fala ou na socialização. Isso possibilita intervenções antes que os desafios se agravem no ensino fundamental.

Nesse sentido, o Ministério da Educação (Brasil, 2024) tem promovido ações de qualificação profissional e fortalecimento da atuação intersetorial, com foco na atenção integral à criança. Tais medidas procuram assegurar que a educação infantil funcione como espaço de cuidado e proteção, além do desenvolvimento pedagógico.

O relatório do Programa Primeira Infância Primeiro (PIP, 2024) reafirma que a educação infantil de qualidade contribui para reduzir desigualdades estruturais, sobretudo ao oferecer acompanhamento contínuo que possibilita trajetórias escolares mais equitativas. O acompanhamento desde cedo tende a reduzir a necessidade de ações corretivas em etapas posteriores. A Associação Caatinga (2024) oferece parâmetros que orientam a prática pedagógica e auxiliam na identificação de possíveis lacunas no desenvolvimento. O uso sistemático desses instrumentos promove a construção



de propostas educacionais ajustadas às singularidades de cada criança, respeitando os diferentes ritmos de aprendizagem.

Brites (2025) argumenta que na educação infantil, é essencial oferecer estímulos desde cedo e observar o desenvolvimento da percepção da criança, pois isso fortalece a aprendizagem e favorece seu crescimento intelectual e emocional. A cognição, base do aprendizado, precisa ser estimulada continuamente, e o acompanhamento cuidadoso de cada etapa ajuda a criança a explorar e desenvolver todo o seu potencial.

A articulação entre profissionais da educação, saúde, famílias e gestores públicos constitui uma condição estruturante para que as instituições escolares atuem como núcleos integrados de atenção à infância. Essa perspectiva requer investimento em formação, tempo para planejamento coletivo e canais de comunicação intersetorial.

Ao incorporar a detecção precoce como elemento do projeto pedagógico, amplia-se a compreensão da educação infantil como espaço de garantia de direitos e de promoção da justiça educacional. A antecipação de dificuldades e a atuação articulada entre os setores sociais reforçam a função da escola como instituição pública comprometida com a equidade e o desenvolvimento integral de todas as crianças.

3 IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA MULHERES

3.1 ABORDAGEM SOBRE O PAPEL CENTRAL DA MULHER NA FORMAÇÃO DA BASE EDUCACIONAL DOS FILHOS

A associação histórica entre o papel feminino e os cuidados com a primeira infância se baseia em construções sociais que vinculam a mulher ao afeto e à docilidade. De acordo com Tsukada e Giroto (2022), essa naturalização da maternidade como dedicação integral aos filhos se refletiu tanto no ambiente doméstico quanto no escolar. Arce (2001) também aponta que o pensamento educacional da época reforçou essa imagem idealizada da mulher como esposa e mãe exemplar, limitando seu protagonismo ao espaço privado. Essa visão, presente em obras como “Leonardo e Gertrudes”, contribuiu para consolidar a ideia de uma “maternidade angelical”, usada como ferramenta de controle social. Além disso, pedagogos como Pestalozzi e Froebel, embora tenham valorizado a educação infantil, fortaleceram o entendimento da mulher como educadora natural, dificultando uma divisão mais justa das responsabilidades parentais (Tsukada & Giroto, 2022).

Essa leitura é tensionada por autoras como Hirata (2007), que interpreta o cuidado infantil como trabalho reprodutivo não remunerado e invisibilizado nas estatísticas econômicas. Essa invisibilidade, segundo a autora, sustenta a estrutura desigual do mercado de trabalho, ao sobrecarregar as mulheres com funções não reconhecidas formalmente.



O impacto dessa sobrecarga é mensurado por dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (INE-IBGE, 2023), que indicam que as mulheres brasileiras dedicam, em média, 21,3 horas semanais ao trabalho doméstico e de cuidados, enquanto os homens dedicam 10,9 horas. Rosa, Souza e Fernandes (2020), ao analisar essa disparidade, apontam que a desigual divisão do tempo compromete o acesso das mulheres ao ensino formal e ao mercado de trabalho, reproduzindo a dependência econômica e as desigualdades de gênero.

A ausência de políticas públicas voltadas à primeira infância intensifica esse cenário. Segundo Rosa, Sousa e Fernandes (2020), políticas públicas voltadas à ampliação do acesso às creches trazem impactos que vão além do cuidado com as crianças, contribuindo também para melhorar as condições de inserção e permanência das mulheres no mercado de trabalho.

A dimensão global desse debate é evidenciada em estudos como o de Jhunjunwala (2024), que investiga comunidades urbanas africanas. A autora demonstra que a ampliação da oferta de educação infantil impacta positivamente o bem-estar das mães, promovendo ganhos em saúde mental, autonomia e participação comunitária. Esses dados reforçam que o acesso a serviços públicos de cuidado infantil influencia múltiplas dimensões da vida das mulheres.

Pesquisas recentes, como as de Rosa, Souza e Fernandes (2020), apontam que o acesso à creche contribui diretamente para a inserção das mães no mercado de trabalho, especialmente em áreas com pouca oferta desses serviços. Essa constatação é ratificada por estudos do Senado norte-americano (2024) que reforçam essa relação ao destacar que, sem creches disponíveis, muitas mulheres precisam reduzir a jornada, se afastar ou até deixar seus empregos. Dessa forma, investir em creches vai além do cuidado infantil, pois também fortalece a participação feminina na economia e contribui para a redução do desemprego.

Em contextos como o brasileiro, marcados por desigualdades estruturais e baixa oferta de serviços públicos, os impactos dessas políticas são ainda mais relevantes. Rosa, Souza e Fernandes (2020) e Jhunjunwala (2024) argumentam que a ausência de creches públicas e redes de apoio força mulheres de baixa renda a abandonar o emprego ou a migrar para a informalidade, com implicações econômicas e sociais para suas famílias e comunidades.

Essas abordagens permitem compreender que a educação infantil cumpre função social que ultrapassa a escolarização da criança. Ao redistribuir o cuidado, ela contribui para a emancipação das mulheres e para a reconfiguração das relações de gênero. Essa perspectiva reforça a necessidade de políticas públicas integradas que considerem a mulher como sujeito de direitos e não apenas como cuidadora natural. Nesse contexto, vamos aprofundar a reflexão sobre o lugar que as mulheres historicamente ocuparam na educação infantil, não apenas como mães cuidadoras, mas também como profissionais da docência. A associação entre o feminino e o trabalho educativo remonta a construções



sociais que naturalizaram o vínculo entre maternidade e ensino, influenciando tanto a configuração do magistério quanto sua desvalorização simbólica e material.

3.2 RESGATE DO PAPEL DAS MULHERES NA SOCIEDADE COMO EDUCADORAS

A inserção das mulheres na docência da educação infantil está ancorada em uma construção histórica que associa o cuidado às qualidades femininas. Desde o século XIX, com o surgimento de instituições como os jardins de infância de Froebel, consolidou-se a ideia de que as mulheres possuíam habilidades naturais para o trabalho com crianças pequenas (Tsukada e Girotto, 2022). Essa naturalização do vínculo entre maternidade e docência, embora tenha possibilitado o acesso ao espaço público, produziu também a desvalorização simbólica e material do magistério infantil.

A pedagogia de Maria Montessori, desenvolvida no início do século XX, tensiona parcialmente esse paradigma ao propor um método baseado no conhecimento científico e na intencionalidade educativa. Montessori (1976) demonstrou que a atuação docente na primeira infância exige competências específicas, planejamento sistemático e compreensão das etapas do desenvolvimento infantil. No entanto, mesmo com os avanços propostos por essa abordagem, o reconhecimento profissional das educadoras infantis permaneceu limitado.

Os dados do Censo Escolar (INEP/MEC, 2024), analisados por Gluz (2024), revelam a forte presença feminina na educação infantil brasileira, com 96,1% das docentes, sendo 97,1% nas creches e 93,9% na pré-escola. Apesar de ocuparem 80% dos cargos de direção, a participação das mulheres diminui nas etapas mais avançadas da educação, chegando a 58,6% no ensino médio. Além disso, persiste uma desigualdade salarial: em 2020, professores homens na educação infantil ganhavam, em média, 25% a mais que as mulheres, mesmo desempenhando funções equivalentes. A maioria das docentes está entre 30 e 49 anos.

Os dados revelam que a desigualdade de gênero na educação vai além do acesso das mulheres ao mercado de trabalho, refletindo-se também nas condições em que esse trabalho é exercido. Ainda que representem a maioria na educação infantil, as professoras enfrentam disparidades salariais significativas. Em média, seus rendimentos são cerca de 25% inferiores aos dos colegas homens, evidenciando a desvalorização do trabalho associado ao cuidado e à infância — funções tradicionalmente atribuídas ao papel feminino.

Esse contexto se conecta com mudanças nas estruturas familiares. Conforme destaca Calado (2020), a entrada da mulher no mundo do trabalho, somada à redução no número de membros e ao tempo de convivência nas famílias, levou a escola a assumir responsabilidades mais amplas na formação das crianças, incluindo a transmissão de valores antes ensinados no ambiente doméstico. Apesar dessa transição, a presença da mulher na vida escolar dos filhos permanece central, o que



fortalece os vínculos entre família e escola e colabora positivamente com o desenvolvimento infantil, promovendo uma cultura de corresponsabilidade.

Calado (2020) ainda enfatiza que o diálogo entre famílias e instituições de ensino gera uma rede de apoio que favorece tanto o aprendizado quanto a coesão social. Nesse cenário, o papel da mulher ultrapassa a sala de aula e alcança espaços como conselhos escolares e associações comunitárias, ampliando sua participação nas decisões educacionais e nos processos de gestão social.

Dessa forma, valorizar a atuação feminina na educação requer o reconhecimento de sua presença tanto nas práticas formais quanto nas ações educativas cotidianas e comunitárias. Além disso, é fundamental compreender que a ampliação da oferta de vagas na educação infantil impacta diretamente a inserção produtiva das mulheres, ao permitir que muitas delas conciliem o trabalho com a maternidade, promovendo maior autonomia econômica e redistribuição das responsabilidades do cuidado.

3.3 AMPLIAÇÃO DAS OPORTUNIDADES DE TRABALHO PARA MÃES DE CRIANÇAS EM IDADE PRÉ-ESCOLAR

A ampliação da oferta de creches e pré-escolas públicas tem sido analisada como um dos fatores estruturantes para a inserção produtiva das mulheres, especialmente aquelas com filhos na primeira infância. Segundo Rosa et al. (2020), o acesso a serviços de educação infantil confiáveis permite que as mães conciliem o cuidado com os filhos com a permanência ou retorno ao mercado de trabalho, o que tende a reduzir desigualdades sociais e econômicas de gênero.

Em estudos internacionais, como os conduzidos pelo Senado norte-americano (2024), observou-se que subsídios estatais à educação infantil têm efeito direto sobre a participação feminina na força de trabalho. A redução de custos com creches é apontada como um dos principais incentivos para a permanência das mulheres em empregos formais e em tempo integral. Esse dado é corroborado por experiências nacionais, que indicam um hiato significativo entre mulheres com e sem filhos pequenos no acesso ao trabalho remunerado.

No Brasil, dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (INE- IBGE, 2023) apontam que a taxa de ocupação de mulheres com filhos de até seis anos é 9,6 pontos percentuais inferior à daquelas sem crianças pequenas. Essa diferença reflete a dificuldade de conciliar trabalho e cuidado infantil em um contexto de escassez de vagas públicas em creches de período integral. Conforme destaca o IBGE (2023), apenas um terço das crianças de 0 a 3 anos frequentava creche em 2022.

Rosa, Souza e Fernandes (2020) destacam que o acesso à creche e à pré-escola tem papel importante na redução da sobrecarga do trabalho doméstico feminino, contribuindo para um maior equilíbrio entre as responsabilidades familiares e o trabalho remunerado. Para as autoras, essa



desigualdade reflete a falta de políticas públicas voltadas ao cuidado compartilhado. Quando o Estado não oferece suporte adequado nesse campo, são principalmente as mulheres de baixa renda que acabam tendo que escolher entre cuidar dos filhos ou trabalhar, o que compromete sua autonomia financeira e agrava as desigualdades de gênero.

Jhunjhunwala (2024), analisando experiências urbanas em países africanos, observou que a disponibilidade de creches comunitárias impacta não apenas a inserção produtiva feminina, mas também sua saúde mental e capital social. O tempo liberado para a mulher dedicar-se a outras atividades configura-se como um fator central na sua emancipação e participação ativa na comunidade.

Organizações internacionais como a OCDE têm reforçado essa conexão. Um boletim da entidade mostrou que, entre 1985 e 2015, o aumento da cobertura de creches e pré-escolas nos países desenvolvidos contribuiu para elevar em quase 20 pontos percentuais a taxa de emprego das mulheres entre 25 e 54 anos (OCDE, 2023). Essa expansão está diretamente relacionada a políticas públicas voltadas à universalização do acesso à educação infantil.

Exemplos de políticas bem-sucedidas incluem a rede de creches da Dinamarca e o programa de creche universal de Quebec, no Canadá. Estudos do Statistics Canada (2023) indicam que, após a implementação de subsídios universais para a educação infantil, a taxa de emprego das mães de crianças pequenas em Quebec cresceu em ritmo superior ao das demais províncias canadenses. Esse modelo tem sido citado como referência para a formulação de políticas públicas em contextos de desigualdade estrutural.

No caso brasileiro, o Plano Nacional de Educação (2014–2024) estabeleceu como meta a universalização da pré-escola para crianças de 4 e 5 anos e a ampliação da oferta de creches para crianças de 0 a 3 anos. Apesar de avanços pontuais, os dados mais recentes indicam retrocessos durante a pandemia e lentidão na recuperação das matrículas, o que compromete o potencial dessas políticas para garantir equidade de gênero e inclusão produtiva.

A articulação entre educação e trabalho também é ressaltada pelo UNICEF (2019), que defende a expansão de serviços de cuidado infantil acessíveis como componente central das chamadas "Políticas Pró-Família". Segundo a entidade, o acesso à educação infantil qualificada contribui para a permanência das mães em empregos de qualidade e para a quebra de estereótipos de gênero que tradicionalmente atribuem às mulheres a responsabilidade exclusiva pelo cuidado.

A Educação Infantil impacta diretamente na aprendizagem das crianças e configura-se como uma política de desenvolvimento econômico e de promoção da igualdade de gênero. Ao assegurar o direito ao cuidado compartilhado na infância, amplia-se a possibilidade de escolha das mulheres quanto à sua inserção social e produtiva.

Portanto, a ampliação da educação infantil deve ser compreendida como parte de um projeto mais amplo de justiça social. Trata-se de garantir que a maternidade não se constitua em obstáculo ao



desenvolvimento pessoal, educacional ou profissional das mulheres, mas sim em uma dimensão integrada à vida cidadã.

4 IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

4.1 ABORDAGEM SOBRE OS EFEITOS POSITIVOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL NA FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS QUALIFICADOS

A educação infantil exerce influência direta sobre a formação dos recursos humanos de uma região, ao estabelecer as bases cognitivas, emocionais e sociais que repercutem na trajetória educacional e profissional dos indivíduos. Segundo o Núcleo Ciência Pela Infância (2014), os estímulos recebidos nos primeiros anos de vida impactam a capacidade de aprendizagem, a adaptação social e o desenvolvimento de competências fundamentais ao desempenho futuro no mercado de trabalho. Desse modo, investir na infância constitui não apenas uma medida de proteção, mas uma estratégia de desenvolvimento humano com repercussões estruturais de longo prazo.

Nesse cenário, o economista e ganhador do Prêmio Nobel, Heckman (2023), evidencia que investir na educação de crianças entre 0 e 5 anos pode proporcionar à sociedade um retorno anual de até 13%. Esse retorno se dá, principalmente, pela elevação dos níveis de escolaridade, aumento da produtividade e diminuição dos gastos com saúde, segurança e assistência social. Em outras palavras, os investimentos feitos na primeira infância são mais eficazes do que aqueles realizados em fases posteriores da vida, reforçando a importância de políticas públicas voltadas à prevenção em vez de medidas apenas compensatórias. (Heckman, 2008, 2012)

A diretora da UNESCO, Stefania Giannini, sustenta que os benefícios da educação infantil se estendem a múltiplos setores, como saúde pública, coesão social e crescimento econômico (UNESCO, 2024). Os denominados "efeitos em cascata" apontam para uma correlação entre investimentos educacionais iniciais e o fortalecimento de indicadores sociais e econômicos regionais. Essa abordagem intersetorial é central para compreender a função da educação infantil como instrumento de desenvolvimento territorial.

Sob a perspectiva do desenvolvimento humano, Sen (2023) propõe que a expansão das capacidades individuais é condição para a equidade social e territorial. Segundo Sen (2023, p. 51) “o desenvolvimento a partir de liberdades substantivas das pessoas tem implicações muito abrangentes para a nossa compreensão do processo de desenvolvimento e também para os modos e meio de promovê-lo”. Nesse sentido, a educação infantil qualificada amplia oportunidades de escolarização, empregabilidade e participação cidadã. Estudos do Indiana Youth Institute (IYI, 2023) corroboram essa premissa ao apontar que crianças com base educacional sólida apresentam maiores taxas de conclusão do ensino superior e inserção em empregos formais.



Além dos efeitos sobre o indivíduo, a valorização da educação infantil afeta positivamente a dinâmica econômica das comunidades. Rosa, Souza e Fernandes (2020) analisam que mães com acesso a creches públicas conseguem permanecer no mercado de trabalho com maior estabilidade, aumentando a renda domiciliar e o consumo local. Assim, políticas de cuidado infantil estruturadas influenciam diretamente a geração de renda e o crescimento econômico local.

A médio e longo prazo, os territórios que promovem a universalização da educação de base apresentam melhores indicadores de saúde, segurança e empregabilidade. O relatório da UNESCO, citado por Gumbowsky et al. (2020, p. 87), afirma que "os primeiros anos da infância constituem um período chave para o desenvolvimento humano", portanto a construção de uma sociedade mais justa e produtiva tem suas bases na primeira infância, onde são formados os valores e habilidades que se refletem nas gerações futuras. Esse processo contínuo revela como a educação infantil, quando tratada como prioridade nas políticas públicas, tem o poder de gerar impactos positivos que se estendem por diversas gerações.

A educação infantil, ao qualificar o capital humano desde os primeiros anos, contribui para a redução das desigualdades e para o fortalecimento das economias locais. O investimento na infância constitui, portanto, uma estratégia eficaz de desenvolvimento regional sustentável.

4.2 DESTAQUE PARA A PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO DAS COMUNIDADES LOCAIS

A expansão da educação infantil em territórios vulneráveis está associada a múltiplos efeitos sobre a dinâmica socioeconômica local. Ao oferecer creches e pré-escolas acessíveis, o poder público contribui para a formação inicial das crianças e, simultaneamente, ativa mecanismos de desenvolvimento comunitário. A presença dessas instituições tende a estimular o mercado de trabalho local, ampliar o acesso das famílias a serviços básicos e fortalecer redes de apoio social.

Silva et al. (2024) apontam que a Educação Infantil desempenha um papel fundamental na trajetória de aprendizagem, sendo uma fase marcada pelo compromisso com o crescimento integral da criança. Portanto as creches e pré-escolas, além de ofertar acesso educacional, também possibilitam oferta de alimentação saudável, serviços de saúde e assistência social através da integração de políticas com multifuncionalidade, potencializando o bem-estar individual e coletivo.

Pinto e Weschenfelder (2017) argumentam que garantir o acesso das crianças pequenas à Educação Infantil representa não apenas uma forma de atender às demandas das famílias, mas, sobretudo, de assegurar às crianças um direito fundamental. Para as autoras, a construção de uma educação de qualidade passa pela parceria com as famílias, fortalecendo vínculos pautados no cuidado, na escuta e na responsabilidade compartilhada.



Nesse contexto, o envolvimento das mulheres com o mercado de trabalho também merece destaque. A disponibilidade de educação infantil possibilita às mães a continuidade ou o início de trajetórias profissionais, contribuindo para o aumento da renda familiar e a redistribuição de responsabilidades de cuidado. Hirata (2007) observa que, mesmo com avanços, ainda recai majoritariamente sobre as mulheres a responsabilidade de equilibrar trabalho e vida familiar, o que influencia diretamente sua autonomia econômica e impacta também o bem-estar e o desenvolvimento das crianças.

Gil (2006) destaca que a crescente inserção da mulher no mercado de trabalho, com jornadas longas e participação significativa na renda familiar, somada à falta de apoio para os cuidados infantis, impulsionou a criação de serviços como berçários e escolas maternas, a princípio com enfoque assistencialista. Esse movimento ganhou ainda mais força com os avanços nos estudos sobre o desenvolvimento infantil e a valorização da educação nos primeiros anos de vida. Gil também enfatiza que o cuidado com as crianças pequenas está diretamente ligado ao desenvolvimento regional, já que a criança é o ponto de partida desse processo. Garantir seus direitos significa, além de cumprir obrigações legais, reconhecer sua importância social e econômica. A autora reforça que, em locais onde os gestores públicos atuam com foco no bem-estar da população e em ações transparentes, o atendimento à infância tende a ser mais eficaz, beneficiando também famílias e comunidades

De acordo com Gil (2006), cabe ao poder público garantir o atendimento social essencial aos cidadãos e atuar como agente impulsionador do desenvolvimento. Nesse cenário, as prefeituras assumem um papel central, principalmente no apoio às populações de baixa renda, sendo indispensável a implementação de políticas públicas urbanas que respondam às necessidades das comunidades e enfrentem de forma eficaz os desafios locais.

Segundo Gil (2006), a Educação Infantil exerce um papel de grande relevância social, pois além de suprir uma necessidade essencial da comunidade, também se destaca como uma importante fonte de geração de emprego, especialmente para as mulheres, que representam a ampla maioria das profissionais atuantes nesse setor. Assim, quando os serviços públicos são guiados por uma gestão voltada para o bem-estar do cidadão, tornam-se capazes de promover o atendimento às demandas básicas da população, estimular a criação de empregos – sobretudo em tempos de crise – e contribuir para o crescimento cultural e a qualificação profissional de grupos mais vulneráveis, unindo o compromisso social à valorização do trabalho.

A articulação entre educação infantil e desenvolvimento socioeconômico, portanto, não é apenas uma decorrência indireta das políticas educacionais, mas uma condição ativa para a promoção da equidade e da sustentabilidade em nível local. Trata-se de reconhecer a educação infantil como infraestrutura social de base, com potencial de indução ao desenvolvimento em territórios historicamente marcados pela exclusão.



4.3 POLÍTICAS PÚBLICAS NA CONSOLIDAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL E SEU IMPACTO NAS REGIÕES

A consolidação da educação infantil como etapa estratégica para o desenvolvimento regional exige políticas públicas estruturadas que articulem financiamento, planejamento e avaliação contínua. A Emenda Constitucional n. 59/2009, ao estabelecer a obrigatoriedade da educação dos 4 aos 17 anos, e o Plano Nacional de Educação (PNE), ao definir metas específicas para a ampliação da pré-escola e das creches, expressam esse movimento de institucionalização da educação infantil como direito social.

Na Declaração de Tashkent, aprovada em conferência da UNESCO (2022), representantes de diversos países reforçaram o compromisso com o direito de todas as crianças à educação e aos cuidados na primeira infância, destacando a urgência de transformar essa etapa educacional para alcançar os objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS), especialmente a Meta 4.2., oferecendo Educação de qualidade.

As diretrizes firmadas na Declaração de Tashkent destacam a importância de um trabalho conjunto entre diferentes setores do governo para a formulação e coordenação eficaz da educação infantil. Essa etapa exige políticas integradas entre as áreas de educação, saúde e desenvolvimento social, com governança clara e financiamento adequado. Também se ressalta a necessidade de ampliar os investimentos públicos e estabelecer parcerias bem reguladas com setores privados e sociais, priorizando o atendimento das populações mais vulneráveis. Além disso, recomenda-se a criação de marcos legais que garantam a aplicação de recursos de ajuda oficial ao desenvolvimento, fortalecendo o papel do Estado na garantia da educação infantil. UNESCO (2022).

Programas como o Proinfância e o Brasil Carinhoso desempenharam um papel essencial na ampliação da infraestrutura de creches e pré-escolas, especialmente em áreas com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Além disso, destinaram recursos financeiros voltados ao atendimento de crianças de 0 a 48 meses, matriculadas em instituições de educação infantil, cujas famílias são beneficiárias do Programa Bolsa Família. Essas ações se consolidam como estratégias importantes no enfrentamento da pobreza e na valorização da educação, contribuindo tanto para o aumento da demanda por vagas quanto para a permanência das crianças nas instituições.

A literatura especializada enfatiza que políticas públicas para a primeira infância não devem se restringir à ampliação de vagas. Segundo Gumbowsky et al. (2020, p. 91) “é importante ressaltar que o simples aumento de oferta de educação não é garantia de alcance do desenvolvimento, é necessário considerar a qualidade da educação oferecida”, portanto os efeitos transformadores da educação infantil dependem de fatores como qualidade pedagógica, formação docente continuada, adequação dos espaços e integração intersetorial. Nesse ponto, destaca-se a importância de conceber a



educação infantil como uma política de Estado, inserida nos planos plurianuais e nas agendas de desenvolvimento territorial.

Ao considerar a perspectiva pedagógica, Paulo Freire (1996) oferece elementos relevantes para a formulação de políticas educacionais voltadas à infância. Embora sua obra não se dirija diretamente à educação infantil, seus princípios de diálogo, respeito à singularidade e formação crítica são aplicáveis ao contexto das crianças pequenas. A defesa de uma educação libertadora e contextualizada permite refletir sobre como as práticas educativas podem contribuir para o fortalecimento do sujeito desde os primeiros anos de vida.

A vinculação entre políticas públicas e desenvolvimento regional também pode ser analisada sob o prisma econômico. Dados da OCDE e da UNESCO indicam que países que investem na educação infantil apresentam melhores índices de produtividade, menor desigualdade social e maior coesão comunitária. Tais evidências corroboram a tese de que a educação infantil constitui uma infraestrutura social básica, com impactos sobre diferentes dimensões da vida regional.

Estudos conduzidos pelo Banco Mundial e pela própria UNESCO destacam que programas bem estruturados de educação infantil geram retorno social de até 13% ao ano, considerando os impactos em escolaridade, saúde, renda e segurança. O custo inicial desses programas tende a ser compensado por uma redução de despesas públicas futuras com remediações e assistência social, além de aumento da arrecadação em virtude da qualificação da força de trabalho.

Além disso, experiências internacionais como o caso de Quebec, no Canadá, e de países nórdicos como Suécia e Dinamarca, ilustram os efeitos da universalização do acesso à educação infantil. Esses países não apenas atingiram altos índices de matrícula como também incorporaram o atendimento à infância como parte de suas políticas de equidade, empregabilidade e inovação econômica. Andrade (2024) destaca que, assim como ocorre na Dinamarca, o Brasil precisa enxergar as creches como parte de uma estratégia de desenvolvimento nacional, indo além da função assistencial. Para isso, é fundamental investir na formação dos profissionais, na infraestrutura e em todas as etapas da educação.

No Brasil, iniciativas como o programa Família que Acolhe, em Boa Vista (RR), mostram como a integração entre diferentes áreas — como educação, saúde, assistência social e envolvimento da comunidade — pode trazer resultados positivos para o desenvolvimento infantil e regional. De acordo com a Fundação Maria Cecília Souto Vidigal (NCPI, 2025), experiências internacionais também comprovam que investir na primeira infância é uma estratégia eficiente para romper o ciclo da pobreza entre gerações.

Em termos de diretrizes, organismos internacionais como a OCDE, a UNESCO e o UNICEF sugerem que os países priorizem a universalização do acesso com qualidade, a formação docente, a infraestrutura adequada, a integração com políticas sociais e o monitoramento contínuo dos resultados.



Essas orientações estão alinhadas aos desafios enfrentados por municípios brasileiros na implementação de políticas públicas efetivas.

A consolidação da educação infantil como política pública eficaz requer, portanto, o fortalecimento da cooperação entre os entes federativos, o envolvimento da sociedade civil e a escuta das comunidades locais. A territorialização das políticas e a adequação às realidades regionais são condições essenciais para que a educação infantil contribua de forma significativa para o desenvolvimento regional.

Em síntese, ao ser tratada como prioridade orçamentária, técnica e política, a educação infantil fortalece os fundamentos de uma sociedade mais justa e de territórios mais sustentáveis. Seu impacto ultrapassa os muros da escola e alcança o conjunto das relações sociais, econômicas e culturais que compõem a dinâmica das regiões brasileiras.

Em conclusão, o período de 2020 a 2025 consolidou evidências fortes de que a educação infantil de qualidade traz benefícios duradouros na formação de capital humano, no desenvolvimento econômico regional e na promoção da equidade de gênero. Relatórios nacionais e internacionais convergem na mensagem de que investir na primeira infância é investir no futuro – das crianças, das famílias e do país. As recomendações de políticas públicas apontam caminhos viáveis para colher esses dividendos sociais: ampliar o acesso com qualidade, sustentar o financiamento e integrar esforços intersetoriais. Assim, ao priorizar a educação infantil hoje, estaremos formando os profissionais qualificados de amanhã, fortalecendo nossas comunidades e assegurando oportunidades mais igualitárias para homens e mulheres. Os dados e análises dos últimos anos servem de guia para essa agenda, cabendo aos gestores públicos transformá-los em ações concretas e duradouras.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida ao longo deste artigo evidenciou que a educação infantil ocupa posição estratégica na constituição de sujeitos sociais, na ampliação das possibilidades de emancipação feminina e na indução de processos de desenvolvimento regional. Ao considerar os dados empíricos e a literatura especializada, observou-se que o investimento nos primeiros anos de vida impacta diretamente a formação de competências cognitivas, socioemocionais e relacionais fundamentais para a trajetória educacional e profissional das crianças.

Além de seu impacto sobre o desenvolvimento infantil, a educação infantil interfere na organização social do cuidado, com repercussões expressivas na vida das mulheres. A ampliação da oferta pública de creches e pré-escolas contribui para a redistribuição das responsabilidades parentais, possibilitando a inserção ou a permanência das mães no mercado de trabalho. Essa dinâmica promove maior equidade de gênero, autonomia econômica e melhora das condições de vida familiar.



Nesse contexto, as políticas voltadas à primeira infância assumem o potencial de reconfigurar a divisão social do trabalho e de fortalecer o vínculo entre proteção social e desenvolvimento local. Ao liberar tempo para a atividade produtiva e assegurar o direito das crianças à educação, tais políticas geram efeitos multiplicadores, que se estendem à economia doméstica, às relações comunitárias e às oportunidades de mobilidade social.

A conexão entre educação infantil e desenvolvimento regional reforça a centralidade dessa etapa na formulação de políticas públicas intersetoriais. A presença de instituições de educação infantil em territórios historicamente marcados pela exclusão ativa circuitos econômicos locais, amplia o acesso a serviços públicos essenciais e favorece a construção de redes comunitárias de apoio e cuidado.

Dessa forma, os dados e estudos analisados apontam que os impactos da educação infantil transcendem o espaço escolar e se projetam sobre a estrutura socioeconômica dos territórios. Quando integradas a outras políticas sociais, essas ações fortalecem o capital humano, promovem coesão social e contribuem para a superação de desigualdades históricas.

O fortalecimento da educação infantil, portanto, exige planejamento federativo, financiamento estável, qualificação docente e monitoramento contínuo. As evidências reunidas demonstram que essa etapa deve ser tratada como prioridade estratégica para a promoção da justiça social, da equidade de gênero e do desenvolvimento sustentável.

Nesse cenário, cabe aos gestores públicos e à sociedade civil transformar os diagnósticos disponíveis em ações concretas, capazes de assegurar o acesso universal, a permanência qualificada e a integração das políticas voltadas à primeira infância. Ao reconhecer sua função estruturante, consolida-se a compreensão de que investir na educação infantil é investir nas bases de um país mais justo, inclusivo e capaz de oferecer oportunidades equitativas a todas as crianças e suas famílias.



REFERÊNCIAS

ALHADAS, E. Primeira infância: a fase mais importante do desenvolvimento infantil. Blog Colégio Florença, 22 dez. 2021. Disponível em: <https://colegioflorenca.com.br/blog/primeira-infancia-a-fase-mais-importante-do-desenvolvimento-infantil/>. Acesso em: 15 abr. 2025.

ANDRADE, V. Creches na Dinamarca: investimento, e não custo, 2024 Disponível em : <https://www.dw.com/pt-br/creches-na-dinamarca-investimento-e-n%C3%A3o-custo/a-69774633> Acesso em 18 de mar. 2025.

ARCE, A. A imagem da mulher nas ideias educacionais de Pestalozzi: O aprisionamento ao âmbito privado (doméstico) e à maternidade angelical. Rio de Janeiro: ANPEd, 2001. Disponível em: https://anped.org.br/wp-content/uploads/2024/05/gt02_04.pdf Acesso em: 10 mar.. 2025

ASSOCIAÇÃO CAATINGA. Cartilha Primeira infância e desenvolvimento infantil. Fortaleza: Associação Caatinga, 2024. Disponível em: <https://www.noclimadacaatinga.org.br/cartilha-primeira-infancia-e-desenvolvimento-infantil/>. Acesso em: 4 mar. 2025.

BANCO MUNDIAL. Quality early learning: nurturing children's potential. Washington, DC: World Bank Group, 2022. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/topic/education/publication/quality-early-learning-nurturing-children-s-potential> . Acesso em: 10 mar. 2025.

BANCO MUNDIAL. The early years: child well-being and the foundation for human capital. Washington, DC: World Bank, 2020. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/programs/earlyyears> . Acesso em: 3 abr. 2025.

BENEDITO, J. A.; REZENDE, H. S. Educação socioemocional: desenvolvimento de habilidades socioemocionais através do jogo. Curso de Graduação em Pedagogia. Lavras: UFLA, 2024. Disponível em : [file:///E:/User_SSD/Downloads/201720024_JULIANE_TRABALHO_FINAL%20\(2\).pdf](file:///E:/User_SSD/Downloads/201720024_JULIANE_TRABALHO_FINAL%20(2).pdf) Acesso em 20 de mar, 2025.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 12 nov. 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. MEC reforça políticas para o ensino infantil em 2024. Brasília, DF: MEC, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mec>. Acesso em: 27 mar. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Seminário debate desenvolvimento integral da criança. Brasília, DF: MEC, 21 nov. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2024/novembro/seminario-debate-desenvolvimento-integral-da-crianca>. Acesso em: 28 fev. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Primeira infância é período-chave para o desenvolvimento infantil. Nova Escola, São Paulo, 2024. Disponível em: <https://novaescola.org.br/>. Acesso em: 8 abr. 2025.

BRITES, L. Desenvolvimento cognitivo infantil: percepções, reações e competências. Instituto Neurosaber, 2025. Disponível em: <https://institutoneurosaber.com.br/artigos/desenvolvimento-cognitivo-infantil-percepcoes-reacoes-e-competencias/> . Acesso em: 14 mar. 2025.



CALADO, A. C. A. O papel da família no acompanhamento da vida escolar dos filhos. Revista Educação Pública, Rio de Janeiro, v. 20, n. 39, 2020. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/20/39/o-papel-da-familia-no-acompanhamento-da-vida-escolar-dos-filhos> . Acesso em: 11 abr. 2025.

FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FUNDAÇÃO MARIA CECILIA SOUTO VIDIGAL; CENTER ON THE DEVELOPING CHILD; INSTITUTO DE ENSINO E PESQUISA (INSPE); HARVARD UNIVERSITY. O impacto do desenvolvimento na primeira infância sobre a aprendizagem. São Paulo: Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, 2014. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/crianca_feliz/Treinamento_Multiplicadores_Coordenadores/impacto_desenvolvimento_primeira%20infancia_sobre_aprendizagem.pdf . Acesso em: 15 abr. 2025.

GIL, I. C.A. Educação Infantil como aliada do Desenvolvimento local: Aspecto Legal e Gestão Social. Revista Nera (UNESP), Dracena- SP, v. V,p. 1-17, 2006. Disponível em : <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www2.fct.unesp.br/nera/publicacoes/Aeducacaoinfantilcomoaliada.pdf>. Acesso em 15 de abr 2025.

GLUZ , Micaela Passerino. Desigualdade de Gênero na Educação: Feliz Dia das Professoras. Revista Le mond Diplomatique Brasil, Ed. 213, 2024. Disponível em : <https://diplomatique.org.br/feliz-dia-das-professoras/> Acesso em 10 abr. 2025.

GUMBOWSKY, A.; JURASZEK, L.; NOERNBERG, E. I.; MAIA, E. D. W. Da .Educação e desenvolvimento regional: a Unesco e as interseções com o desenvolvimento regional. *Interação - Revista De Ensino, Pesquisa E Extensão*, v. 22 n. 2, 79–93, Varginhoa, MG, 2020. Disponível em: <https://periodicos.unis.edu.br/interacao/article/view/371> . Acesso em 12 de mar. 2025.

HECKMAN, J. J. Schools, skills and synapses. Economic Inquiry, Oregon City, v. 46, n. 3, p. 298-324, 2008 . Disponível em : https://jenni.uchicago.edu/papers/Heckman_2008_EI_v46_n3.pdf Acesso em: 18 mar. 2025.

HECKMAN, J. J. Investir no desenvolvimento na primeira infância: Reduzir déficits, fortalecer a economia, 2012. Disponível em : https://heckmanequation.org/wp-content/uploads/2017/01/D_Heckman_FMCSV_ReduceDeficit_012215.pdf Acesso em 10 de mar. 2025

HECKMAN, J. J. The Heckman Equation. 13% ROI Toolbox: investing in early childhood development. Chicago: The University of Chicago, 2023. Disponível em: <https://heckmanequation.org/resource/13-roi-toolbox/>. Acesso em: 2 abr. 2025.

HIRATA, H.; KERGOAT. D. Novas Configurações da Divisão Sexual do Trabalho. Caderno de Pesquisa, v. 37 n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007. Disponível em : <https://www.scielo.br/j/cp/a/cCztcWVvvtWGDvFqRmdsBWQ/?format=pdf&lang=pt> Acesso em 10 de mar. 2025.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101960.pdf>. Acesso em: 3 abr. 2025.



INE – INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua. Brasília: IBGE, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/17270-pnad-continua.html> Acesso em: 28 fev. 2025.

INEP – INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Censo Escolar da Educação Básica 2021: resumo técnico. Brasília: INEP/MEC, 2022. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_escolar_2021.pdf. Acesso em: 8 mar. 2025.

INEP – INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Relatório SAEB 2021: educação infantil. Brasília: INEP/MEC, 2023. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_basica/saeb/resultados/2021/relatorio_saeb_educacao_infantil_2021.pdf. Acesso em: 14 abr. 2025.

INEP – INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Censo Escolar Da Educação Básica 2023, Resumo Técnico. Brasília: INEP/ MEC 2024. Disponível: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_escolar_2023.pdf Acesso em 15 de mar. 2025.

INEP – INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Censo Escolar Da Educação Básica 2024, Resumo Técnico. Brasília: INEP/ MEC 2024. Disponível em : https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_escolar_2024.pdf Acesso em 29 de mar. 2025.

INSTITUTO UNIBANCO. A presença das mulheres no mundo da educação. 2022. Disponível em: <https://www.institutounibanco.org.br/conteudo/a-presenca-das-mulheres-no-mundo-da-educacao/>. Acesso em: 6 mar. 2025.

IYI – INDIANA YOUTH INSTITUTE. Early childhood education outcomes. Indianapolis, 2023. Disponível em: <https://www.iyi.org/>. Acesso em: 22 fev. 2025.

IYI – INTERNATIONAL YOUTH INITIATIVE. Long-term impact of early childhood education on youth educational attainment. Relatório técnico, 2023. Disponível em: <https://www.iyi.org>. Acesso em: 11 abr. 2025.

JHUNJHUNWALA, K. Early childhood development is intricately linked to women's participation in employment, wellbeing and social capital. NORRAG Blog, 7 mar. 2024. Disponível em: <https://www.norrag.org/early-childhood-development-is-intricately-linked-to-womens-participation-in-employment-wellbeing-and-social-capital/> Acesso em: 03 mar. 2025.

MEDEIROS, P. Primeira infância é período-chave para o desenvolvimento infantil. Nova Escola, 2024. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/21953/primeira-infancia-periodo-chave-para-desenvolvimento-infantil> . Acesso em: 02 abr. 2025.

MONTSSORI, M. Pedagogia científica. São Paulo: Abril Cultural, 1976.

NÚCLEO CIÊNCIA PELA INFÂNCIA (NCPI). O impacto do desenvolvimento na primeira infância sobre a aprendizagem. São Paulo: Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, 2014. Disponível em: <https://ncpi.org.br>. Acesso em: 02 abr. 2025.



NCPI – NÚCLEO CIÊNCIA PELA INFÂNCIA. Por que primeira infância? São Paulo: Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, 2025. Disponível em: <https://ncpi.org.br/primeira-infancia/>. Acesso em: 03 abr. 2025.

OCDE – ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. Education at a glance 2023: OECD indicators. Paris: OECD Publishing, 2023. Disponível em: https://www.oecd.org/en/publications/education-at-a-glance-2023_e13bef63-en.html . Acesso em: 06 mar. 2025.

PINTO, C. I. B.; WESCHENFELDER, N. V. Educação Infantil: Um Direito que vai além das crianças - Uma Experiência em Três Passos. Evento: VII Seminário de Inovação e Tecnologia, Revista: Salão do Conhecimento, UNIJUI, 2017. Disponível em : <https://publicacoeseventos.unijui.edu.br/index.php/salaokonhecimento/article/view/7552> Acesso em 14 de mar. 2025.

PORVIR. Dados do Censo da Educação Básica e análises sobre professores da educação infantil. Porvir.org, 2024. Disponível em: <https://porvir.org>. Acesso em: 3 abr. 2025.

PORVIR. Professoras enfrentam jornada dupla, preconceito e salários menores. 2024. Disponível em: <https://porvir.org/professoras-enfrentam-jornada-dupla-preconceito-e-salarios-menores/>. Acesso em: 3 abr. 2025.

PRIMEIRA INFÂNCIA PLANO NACIONAL PELA PRIMEIRA INFÂNCIA. Plano Nacional pela Primeira Infância: recomendações para a priorização da Primeira Infância nos planos plurianuais 2024-2027. Brasília: RNPI, 2023. Disponível em: <https://primeirainfancia.org.br>. Acesso em: 05 mar. 2025.

PROGRAMA PRIMEIRA INFÂNCIA PRIMEIRO. Recomendações baseadas em evidências para políticas públicas voltadas à primeira infância. [S.l.]: Fundação Bernard van Leer; Fundação Maria Cecília Souto Vidigal; Rede Nacional Primeira Infância, 2024. Disponível em: <https://primeirainfancia.org.br/>. Acesso em: 15 abr. 2025.

ROSA, M. V. G.; SOUZA, K. B.; FERNANDES, A. S. Efeitos do acesso a creche sobre o trabalho feminino. 2020. Disponível em: https://www.anpec.org.br/encontro/2020/submissao/files_I/i13-155034bd5f9937011ec032fc2488ede1.pdf Acesso em: 02 abr. 2025.

SEN, A. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 11ª reimpressão, 2023.

SENADO FEDERAL DOS EUA. Joint Economic Committee Diverging Trends: Prime-Age Women's Lfpr Continues To Rise, But Moms With Young Kids Are Feeling The Effects Of The Child Care Funding Cliff, Washington, DC, 2024. Disponível em: <https://www.jec.senate.gov/public/index.cfm/democrats/2024/12/g-trends-prime-age-women-s-lfpr-continues-to-rise-but-moms-with-young-kids-are-feeling-the-effects-of-the-child-care-funding-cliff> Acesso em: 03 mar. 2025.

SILVA, L. D.T.A; DIAS, M.R.G; LUQUETTI, E. C.F. TEODORO, C.R. Breve reflexão sobre o papel da creche e suas potencialidades para o desenvolvimento infantil. Revista Educação Pública, v. 24. Nº22, 25 de junho de 2024. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/24/22/breve-reflexao-sobre-o-papel-da-creche-e-suas-potencialidades-para-o-desenvolvimento-infantil> Acesso em 12 de mar. 2025.

STATISTICS CANADA. Labour Force Survey. Ottawa: Statistics Canada, 2023. Disponível em: <https://www150.statcan.gc.ca/>. Acesso em: 03 abr. 2025.



STATISTICS CANADA. The economic impacts of Quebec's universal childcare system on maternal employment. Ottawa: StatCan, 2022. Disponível em: <https://www150.statcan.gc.ca/>. Acesso em: 15 abr. 2025.

TELES, A. S. G. O desenvolvimento das competências socioemocionais através da educação física escolar na educação infantil. *Contribuciones a Las Ciencias Sociales*, São José dos Pinhais, v. 17, n. 3, p. 1-12, 2024. DOI: 10.55905/revconv.17n.3-197.

TSUKADA, L.; GIROTTI, E. D. O papel da mulher na educação: Uma comparação entre Pestalozzi e Froebel. *Rev. Sem Aspas*, Araraquara, v. 11, n. 00, e022003, jan./dez. 2022. eISSN: 2358-4238. DOI: <https://doi.org/10.29373/sas.v11i00.15365> Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/semaspas/article/view/15365>. Acesso em: 12 mar. 2025

UNESCO - Conferência Mundial sobre Políticas de Educação Infantil e Cuidados na Primeira Infância: Declaração de Tashkent e Compromissos de Ação para Transformar a Educação Infantil e os Cuidados na Primeira Infância, 16 de novembro de 2022 Disponível em : https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000384045_por Acesso em 03 de abr, 2025.

UNESCO – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. Right from the start: investing in early childhood care and education yields lifelong benefits. Paris: UNESCO, 2024. Disponível em: <https://www.unesco.org/en/articles/investing-early-childhood-care-and-education-yields-lifelong-benefits> Acesso em: 14 mar. 2025.

UNICEF. Family-friendly policies: Redesigning the workplace of the future. New York: UNICEF, 2019. Disponível em : <https://www.unicef.org/documents/family-friendly-policies-redesigning-workplace-future> Acesso em: 07 abr. 2025.

